



Grupos de trabalho da Plataforma para uma Transição Justa

Ação 1: Guia de Intercâmbio de
Conhecimentos

Novembro de 2023

*Regional and
Urban Policy*

Ação 1: desenvolver recursos para melhorar o intercâmbio de conhecimentos e para promover a partilha de conhecimentos e lições aprendidas sobre a transição justa

Líderes da Ação: *Sociedade Valea Jiului, Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento Económico (EURADA)*

Contribuidores para a Ação: *Secretariado da Comissão do Carvão na Universidade Católica Eszterházy Károly, Universidade Trakia*

Categoria: *horizontal*

Os **grupos de trabalho (GT) da Plataforma para uma Transição Justa (PTJ)**, criados em novembro de 2021, reúnem todas as partes interessadas da Europa que têm uma preocupação comum com as pessoas e os locais afetados pela transição para uma economia com impacto neutro no clima. Os GT do **Aço, Cimento e Produtos Químicos** centram-se cada um num setor específico de elevada intensidade carbónica fortemente afetado pela transição, enquanto um quarto grupo de trabalho se centra na **Estratégia Horizontal das Partes Interessadas**.

Depois de finalizarem os seus [documentos de enquadramento](#), que descrevem os domínios de incidência e os objetivos do respetivo GT, os membros dos GT elaboraram um [Plano de Execução comum](#), que define as suas 17 ações. Este plano foi finalizado e publicado em abril de 2023. Durante o resto do ano, os líderes da Ação, juntamente com outros membros dos GT que contribuem para a Ação, têm executado a respetiva Ação.

O presente documento apresenta os resultados finais da Ação 1.

Declaração de exoneração de responsabilidade:

As informações e opiniões contidas no presente documento são da responsabilidade dos membros dos grupos de trabalho da Plataforma para uma Transição Justa sobre o Aço, o Cimento, os Produtos Químicos e a Estratégia Horizontal das Partes Interessadas e não refletem a opinião oficial da Comissão Europeia. A Comissão não garante a exatidão das informações aqui contidas. A Comissão, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pelo conteúdo e pela utilização que possa ser feita das informações contidas neste documento. A reutilização é autorizada, desde que a fonte seja citada e não haja distorção do significado ou da mensagem original do documento. A Comissão Europeia não é responsável por quaisquer consequências decorrentes da reutilização. A política de reutilização dos documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE da Comissão, de 12 de dezembro de 2011, relativa à reutilização de documentos da Comissão (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

Introdução

Desafios abordados pela Ação 1

Um dos maiores obstáculos ao processo de transição justa é a falta de informação sobre o processo de transição justa em si e sobre a forma de aceder ao apoio disponível.¹ Isto é válido tanto para as regiões que enfrentam os seus desafios de forma isolada, apesar de se depararem com desafios semelhantes aos de outras regiões, como para os intervenientes-chave que são excluídos do processo de transição. As atividades de intercâmbio de conhecimentos podem ajudar a ultrapassar os obstáculos à informação. As regiões podem aprender com as iniciativas e soluções bem-sucedidas (e malsucedidas) para os desafios da transição justa noutras regiões e inspirar-se nelas, criando sinergias para benefício mútuo e conduzindo ao desenvolvimento de soluções novas e específicas. Para uma transição justa bem-sucedida, é também crucial compreender quem são os intervenientes que trabalham no Mecanismo para uma Transição Justa e nos planos territoriais de transição justa (PTTJ), a fim de os sensibilizar e ligar entre si, identificando potencialmente intervenientes-chave que ainda não estejam envolvidos no processo.

Objetivos da Ação 1

O presente documento pretende ser um **guia abrangente** para ajudar a melhorar o intercâmbio de conhecimentos e a aprendizagem no domínio da transição justa, ligando assim os intervenientes que trabalham nesta matéria e promovendo oportunidades de intercâmbio de conhecimentos.

São dadas respostas a três questões de base:

- Como pode ser efetuado o intercâmbio de conhecimentos?
- Com quem pode ser efetuado o intercâmbio de conhecimentos?
- Como financiar o intercâmbio de conhecimentos?

O guia está estruturado de acordo com as necessidades, é tão conciso quanto possível e, sempre que possível, baseia-se em ferramentas existentes e apresenta ligações para as mesmas, dado que, muitas vezes, já existem boas fontes de informação. Além disso, as boas práticas proporcionam perspetivas exemplares.

O [Repositório de Conhecimentos da Plataforma para uma Transição Justa](#) é um centro de conhecimentos fundamental e constantemente atualizado sobre o processo de transição justa. Inclui abordagens políticas e projetos que podem frequentemente constituir exemplos de boas práticas e uma fonte de inspiração na procura de conhecimentos e informações.

O guia resulta do trabalho do GT horizontal da [PTJ](#) da Comissão Europeia. Ao reunirem partes interessadas de toda a Europa, os GT da PTJ constituem um fórum para o intercâmbio estratégico dos desafios partilhados pelas partes interessadas envolvidas no processo de transição em regiões de elevada intensidade carbónica. O GT horizontal, em concreto, aborda questões comuns e multitemáticas nas regiões mais afetadas, como

¹ Um inquérito recente às partes interessadas na transição justa, realizado no âmbito das atividades do grupo de trabalho horizontal, concluiu que a «falta de informação disponível sobre os processos de transição justa» e a «falta de informação sobre a forma de aceder ao apoio disponível» eram dois dos três principais obstáculos enfrentados ao desenvolver ou apresentar projetos de transição justa.

orientações para o acompanhamento e a execução de projetos de transição justa, um conjunto de ferramentas para comunicar sobre a transição justa e este recurso para melhorar o intercâmbio de conhecimentos, entre outros.

Partes interessadas visadas pela Ação 1

O presente documento destina-se aos intervenientes relevantes nas regiões abrangidas pelo Fundo para uma Transição Justa (FTJ), incluindo o governo e as autoridades públicas, as empresas e a indústria, o meio académico e os centros de investigação, a sociedade civil e as ONG, entre outros.

Como foi executada esta Ação

O trabalho de elaboração desta Ação foi iniciado pelos membros do grupo da Ação que realizaram uma extensa pesquisa sobre as iniciativas, abordagens e boas práticas existentes que eram relevantes para o intercâmbio de conhecimentos. Na sequência desta pesquisa, os projetos de materiais foram partilhados com outros membros dos GT para recolher reações e aproveitar os conhecimentos e experiências de um leque mais vasto de partes interessadas, a fim de garantir que o resultado final da Ação fosse o mais exequível e prático possível.

Guia de intercâmbio de conhecimentos

Como efetuar o intercâmbio de conhecimentos: primeiros passos

Antes de iniciar e planear um intercâmbio de conhecimentos, deve começar por saber exatamente o que pretende e precisa de alcançar. Para o efeito, é necessário proceder a uma análise preliminar.

1. Análise das necessidades

Como primeiro passo, tente pensar em quais são exatamente as suas necessidades e quais os desafios que enfrenta. Se tiver uma ideia clara a este respeito, pode procurar melhor os parceiros para o intercâmbio de conhecimentos e aumentar as hipóteses de sucesso. Outras regiões e intervenientes podem ter enfrentado desafios semelhantes no passado e há muito a aprender com as suas abordagens para os solucionar. Algum outro grupo de partes interessadas pode estar a tentar encontrar uma solução para um problema semelhante, e o intercâmbio com o mesmo poderá inspirar novas ideias e fornecer orientações sobre como avançar.

2. Pesquisa das condições de enquadramento

É igualmente essencial pesquisar o enquadramento do processo de transição justa na sua região, a fim de ter a certeza da possibilidade/viabilidade de determinadas ações e das pessoas a envolver. Estes enquadramentos incluem a base jurídica sob a forma de [planos territoriais de transição justa \(PTTJ\)](#), outras estratégias e planos de ação conexos a nível regional/local, bem como iniciativas e ações já empreendidas ou em curso. Um bom conhecimento do PTTJ é também importante para compreender quais as ações elegíveis para financiamento, incluindo as atividades de intercâmbio de conhecimentos. Uma análise bem conduzida do PTTJ da sua região, do estado atual da execução, do quadro de acompanhamento e dos intervenientes envolvidos será fundamental para o sucesso do(s) seu(s) intercâmbio(s) de conhecimentos.

3. Levantamento das partes interessadas e recolha de informações

Por fim, para o sucesso do intercâmbio de conhecimentos e, de um modo mais geral, para ultrapassar os desafios e entraves identificados, será de grande utilidade a realização de um levantamento das partes interessadas na sua região, tanto as que estão envolvidas no processo de transição justa como as que não estão atualmente, mas deveriam estar, bem como das fontes de informação existentes. Um bom ponto de partida para o levantamento das partes interessadas é a base de dados de intervenientes nas regiões abrangidas pelo FTJ, desenvolvida pelos GT da PTJ. Em termos de fontes de informação, é possível encontrar muitos documentos de apoio a nível europeu, nomeadamente na [PTJ](#). Poderá ser disponibilizado material informativo adicional a nível nacional e/ou regional. Neste caso, a autoridade de gestão responsável pela transição justa na sua região deverá ser o seu primeiro ponto de contacto.

Tipologia dos intercâmbios de conhecimentos e boas práticas

Esta secção inclui uma breve panorâmica dos diferentes tipos de intercâmbios de conhecimentos e apresenta fontes de informação valiosas sobre a assistência técnica e as boas práticas disponíveis.

1. Identificar o tipo de intercâmbio ideal: de um ponto de vista prático

Existem vários tipos de intercâmbios e, em geral, as necessidades devem determinar o formato ideal; contudo, há alguns aspetos que vale a pena considerar. Neste capítulo, o objetivo não é fazer uma classificação teórica, mas sim analisar as vantagens e desvantagens dos diferentes formatos. Basicamente, podem distinguir-se dois tipos de intercâmbio: o formato em linha e o formato presencial (quadro 1).

Quadro 1 Vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de intercâmbios

	EM LINHA	PRESENCIAL
Vantagens	<ul style="list-style-type: none">• É relativamente fácil encontrar tempo para organizar de acordo com a agenda dos participantes• Forma eficaz de entrar em contacto em termos de tempo• Formato menos intensivo em recursos humanos• Pouco ou nenhum custo	<ul style="list-style-type: none">• Fornece, provavelmente, informações mais aprofundadas sobre os desafios e as necessidades de uma determinada região• É mais fácil compreender o ambiente de trabalho de um determinado interveniente• Maior potencial para uma maior cooperação
Desvantagens	<ul style="list-style-type: none">• Bastante impessoal• Menor potencial para colaboração adicional• É mais difícil compreender o ambiente de trabalho de um determinado interveniente• Fornece menos informações e impressões sobre os desafios	<ul style="list-style-type: none">• É mais difícil encontrar uma data que seja ideal para todos• A região anfitriã precisa de mais tempo para os preparativos• Implica, possivelmente, custos tanto para a região anfitriã como para as regiões visitantes• Formato intensivo em recursos humanos

O número de potenciais participantes é outro aspeto que pode influenciar o formato ideal de um intercâmbio. Se o tema for bem descrito, a realização de **reuniões em linha bilaterais e específicas** pode constituir um quadro de discussão eficaz. O **acompanhamento no posto de trabalho** é uma oportunidade especial para uma pessoa passar mais tempo noutra organização e adquirir conhecimentos mais profundos. Trata-se de uma forma eficiente e intensiva de aprendizagem, mas exige muito tempo tanto do visitante como do anfitrião. Se precisar de mais pessoas a bordo com um vasto leque de

conhecimentos, vale a pena organizar uma **visita de grupo**. Os temas do intercâmbio devem determinar a composição ideal da delegação, embora o número ideal possa ser um problema. Vale a pena procurar formar um pequeno grupo que possa abranger as competências e conhecimentos relevantes para evitar formas de trabalho ineficazes.

2. Exemplo de intercâmbios entre o meio acadêmico e a indústria

Embora a presente Ação se centre nos intercâmbios entre regiões carboníferas, é importante ter em conta outros tipos de intercâmbios, nomeadamente entre o meio acadêmico e a indústria. A transição exige uma vasta gama de competências e conhecimentos, e o meio acadêmico e a indústria desempenham um papel importante na implementação bem-sucedida da transição, principalmente graças ao potencial de inovação baseado na cooperação entre os dois setores e às possíveis sinergias.

No que diz respeito às prioridades estratégicas, são identificados os seguintes princípios fundamentais com base nos quais as parcerias entre o meio acadêmico e a indústria devem ser operacionalizadas:

- enfoque nas oportunidades e nas vantagens competitivas das regiões, sem deixar de ser coerente com as prioridades nacionais;
- orientação para o mercado das atividades de investigação com base nos interesses e problemas relacionados com as empresas, e cooperação com representantes dos setores empresariais;
- parceria multissetorial organizada com base nos princípios da abertura e da inclusividade;
- integração holística na cadeia de valor;
- criação de redes internacionais com experiências idênticas e complementares e atividades relacionadas com os interesses da ciência e das empresas.

Desta forma, estabelece-se um sistema único para:

- criar uma cultura de utilização dos resultados das atividades de investigação;
- alinhar as atividades de investigação com a indústria e a sociedade;
- promover a transferência formal de tecnologias (através de acordos de licenciamento e de cooperação).



Figura 1 Quadro lógico para a cooperação entre o meio académico e a indústria

3. Assistência técnica

Está disponível muita assistência técnica a nível europeu e foram adotadas outras iniciativas no domínio mais vasto da transição energética que poderão constituir fontes valiosas de boas práticas e de reforço das capacidades de uma determinada região. Segue-se uma lista de alguns exemplos pertinentes de programas de assistência técnica que estão ativos no final de 2023:

- **JTP GROUNDWORK:** o JTP GROUNDWORK apoia as regiões elegíveis ao abrigo do FTJ na execução dos seus PTTJ, prestando assistência técnica e serviços de consultoria adaptados. Os serviços possíveis incluem: planeamento e desenvolvimento de projetos; reforço das capacidades; envolvimento e mobilização das partes interessadas; reforço da colaboração.
- **C4T GROUNDWORK:** o C4T GROUNDWORK apoia as autoridades de gestão responsáveis pela execução do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão nos Estados-Membros da UE elegíveis, centrando-se especificamente no objetivo estratégico 2, «uma Europa mais verde, hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono», através da prestação de aconselhamento e assistência técnica personalizados.
- **START:** o START presta apoio personalizado e de curto prazo às regiões de produção de carvão, lenhite, xistos betuminosos e turfa (a seguir designadas por «regiões carboníferas») numa vasta gama de tópicos de transição. Contribui para os esforços de descarbonização da produção e utilização de energia, de diversificação das atividades económicas e de progresso do desenvolvimento social em regiões e comunidades fortemente afetadas pela transição para alternativas aos combustíveis fósseis.

- **TARGET:** o programa «Technical Assistance for a Green Energy Transition» (TARGET), lançado em novembro de 2021, é um instrumento técnico que visa apoiar de perto as regiões de produção de carvão, turfa e xisto betuminoso da UE na identificação e preparação de projetos de energia limpa e de eficiência energética. Apoiará também investimentos sustentáveis e empregos locais que se afastem das atividades baseadas em combustíveis fósseis. O instrumento é gratuito para os seus beneficiários.
- **JASPERS:** a Assistência Conjunta de Apoio a Projetos nas Regiões Europeias (JASPERS) é uma parceria de assistência técnica entre a Comissão Europeia (Direção-Geral da Política Regional e Urbana), o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. A JASPERS ajuda os municípios e as regiões a realizarem projetos de elevada qualidade. Os seus peritos prestam apoio independente e prático em estratégias, programas e projetos para realizar investimentos financiados pela UE que promovam o crescimento e abram caminho a uma Europa mais ecológica, mais conectada e mais inovadora. A assistência JASPERS é gratuita para as autoridades locais e os promotores e está disponível para a maioria dos países da UE e dos países em fase de pré-adesão.
- **ELENA:** o mecanismo de Assistência Europeia à Energia Local (ELENA) presta assistência técnica para investimentos em eficiência energética e energias renováveis destinados a edifícios e transportes urbanos inovadores.

4. Exemplos de boas práticas

JTPeers Exchange

O [JTPeers Exchange](#) é um programa lançado no âmbito da Plataforma para uma Transição Justa em 2023, para facilitar o intercâmbio e a colaboração entre as regiões abrangidas pelo FTJ e outras partes interessadas e profissionais relevantes com uma vasta gama de competências, conhecimentos e experiência em tópicos relacionados com a transição justa. O objetivo é apoiar as regiões abrangidas pelo FTJ na execução dos seus PTTJ, abrangendo tanto as regiões carboníferas como as regiões de elevada intensidade carbónica. Existem dois tipos de intercâmbios: os que se realizam entre duas regiões e os que se realizam entre uma região e um perito, ambos os quais conduzem a intercâmbios de conhecimentos e de boas práticas no que respeita à execução do FTJ.

Em setembro de 2023, foi selecionado o primeiro grupo de regiões para participar nos JTPeers Exchanges. As regiões em causa são indicadas no quadro a seguir.

Quadro 2 Panorâmica das regiões selecionadas para o JTPeers em 2023

Regiões participantes	Domínios de incidência
Entre regiões	
As regiões de Norrbotten (SE) e Midlands (IE) farão intercâmbios presenciais com o apoio adicional de um perito de Heves (HU)	Abordagens participativas e lideradas pela comunidade, diversificação da economia verde, criação de emprego, energia limpa e acessível, governação a vários níveis, reforço de capacidades.
Macedónia Ocidental (EL), Velenje (SI) e Baixa Silésia (PL) (presencial)	Envolvimento das partes interessadas, desenvolvimento de projetos, diversificação da economia verde,

	cooperação transfronteiriça, governação da transição, comunidades energéticas.
Zasavje (SI) e Baixa Silésia (PL) (presencial)	Recuperação/reaproveitamento de terrenos, conceção de políticas, diversificação da economia verde.
Ida-Virumaa (EE) e Macedónia Ocidental (EL) (em linha)	Observatórios da transição justa, desenvolvimento de projetos, atração de investimentos.
Entre regiões e peritos	
A região de Gotland (SE) fará intercâmbios com um perito da Macedónia Ocidental (EL) (em linha)	Melhoria do mecanismo de governação a vários níveis e da capacidade administrativa para a execução do PTTJ, energia limpa.
A região da Silésia (PL) fará intercâmbios com um perito do Vale do Jiu (RO) (em linha)	Conceção de um sistema de monitorização e gestão do observatório regional da transição justa.
A região da Morávia-Silésia (CZ) fará intercâmbios presenciais com um perito da Silésia (PL)	Desenvolvimento paisagístico pós-mineração.

exchangeEU

O programa exchangeEU permitiu intercâmbios significativos e tangíveis entre regiões carboníferas de toda a Europa. As regiões participantes tiveram a oportunidade de tirar partido do seguinte:

- uma agenda de intercâmbio, adaptada aos interesses e necessidades das regiões participantes;
- oportunidades de aprendizagem prática e resultados tangíveis para uma ação colaborativa;
- criação de uma rede duradoura de profissionais.

A primeira ronda envolveu 19 delegações de 18 regiões carboníferas em transição e a segunda ronda envolveu 23 delegações de 18 regiões carboníferas. Todos os intercâmbios foram muito bem documentados, resultando numa base de informação rica sobre as regiões participantes. Em cada intercâmbio, estiveram envolvidos facilitadores da UE na sua realização, o que tornou os intercâmbios mais direcionados e eficientes, proporcionando um verdadeiro valor acrescentado. Pode aceder a todos os folhetos no sítio Web do programa para consultar os temas centrais, os principais desafios e as recomendações. O quadro 2 apresenta uma panorâmica dos intercâmbios efetuados.

Quadro 3 Intercâmbios executados e respetivos temas centrais no âmbito do exchangeEU

Regiões participantes	Domínios de incidência
Primeira ronda	
Intercâmbio entre Zasavje (SI), Morávia-Silésia (CZ) e Hungria do Norte (HU)	- Governação e estratégias de transição

	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas e sustentabilidade dos locais
Intercâmbio entre a região do Alto Nitra (SK), a região da Coesão Oriental (SI) e o Vale do Jiu (RO)	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação económica e desenvolvimento regional - Transição para energias limpas
Intercâmbio entre Małopolska (PL), Aragão (ES) e Ústí (CZ)	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas e sustentabilidade dos locais - Tecido social e comunidade
Intercâmbio entre Macedónia Ocidental (EL) e Stara Zagora (BG)	<ul style="list-style-type: none"> - Governação e estratégia de transição - Tecido social e comunidade
Intercâmbio entre Midlands (IE) e Macedónia Ocidental (EL)	<ul style="list-style-type: none"> - Tecido social e comunidade - Diversificação económica e desenvolvimento regional
Intercâmbio entre Leipzig (DE) e Karlovy Vary (CZ)	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação económica e desenvolvimento regional - Governação e estratégia de transição
Intercâmbio entre Astúrias (ES) e Silésia (PL)	<ul style="list-style-type: none"> - Governação e estratégia de transição
Intercâmbio entre Saxónia-Anhalt (DE) e Ida-Virumaa (EE)	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação económica e desenvolvimento regional - Tecido social e comunidade
Segunda ronda	
Intercâmbio entre Lusatia (DE) e Zgorzelec (PL)	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas sustentáveis - Recultivo de antigas zonas de extração de carvão
Intercâmbio entre Hungria do Norte (HU), Alto Nitra (SK) e Macedónia Ocidental (EL)	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidades de energia - Requalificação e atualização de competências dos trabalhadores - Envolvimento das partes interessadas
Intercâmbio entre Hungria do Norte (HU) e Zasavje (SI)	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação económica através do desenvolvimento de infraestruturas - Implementação de projetos de transição justa
Intercâmbio entre Stara Zagora (BG) e Karlovy Vary (CZ)	<ul style="list-style-type: none"> - Digitalização e inovação - Recultivo de regiões de extração de carvão para o turismo
Intercâmbio entre Alto Nitra (SK), Ústí (CZ) e Astúrias (ES)	<ul style="list-style-type: none"> - Governação e utilização dos fundos do FTJ - Economia do hidrogénio
Intercâmbio entre Macedónia Ocidental (EL), Morávia-Silésia (CZ) e Ida-Virumaa (EE)	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento dos jovens no processo de transição justa - Execução de projetos
Intercâmbio entre a região de Rheinisch (DE) e Wielkopolska Oriental (PL)	<ul style="list-style-type: none"> - Governação da transição - Diversificação económica centrada em tornar a região atrativa para os jovens

Intercâmbio entre Ida-Virumaa (EE), distrito de Sisak-Moslavina (HR) e Macedónia Ocidental (EL)	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação económica - Requalificação e atualização de competências - Envolvimento dos municípios na transição justa
Intercâmbio entre a região de Savinjsko-Šaleška (SI) e a Silésia (PL)	<ul style="list-style-type: none"> - Transição para energias limpas - Diversificação da indústria e revitalização

Como encontrar parceiros para o intercâmbio de conhecimentos

A cooperação desempenha um papel essencial no planeamento e na execução de uma transição justa: o Mecanismo para uma Transição Justa é um novo instrumento para todos os Estados-Membros da UE, pelo que «pensar e trabalhar em conjunto» poderá conduzir a uma transição mais eficiente e bem-sucedida. Para uma determinada região, poderá ser crucial criar parcerias com outras regiões que enfrentem os mesmos desafios ou, pelo menos, desafios semelhantes. Este capítulo apresenta algumas experiências práticas sobre a forma de encontrar parceiros para o intercâmbio de conhecimentos.

1. Panorama das regiões elegíveis para o FTJ

O [sítio Web da PTJ](#) apresenta um mapa das regiões abrangidas pelo FTJ. As regiões podem ser divididas em categorias principais com base no setor económico de que dependem (figura 2).

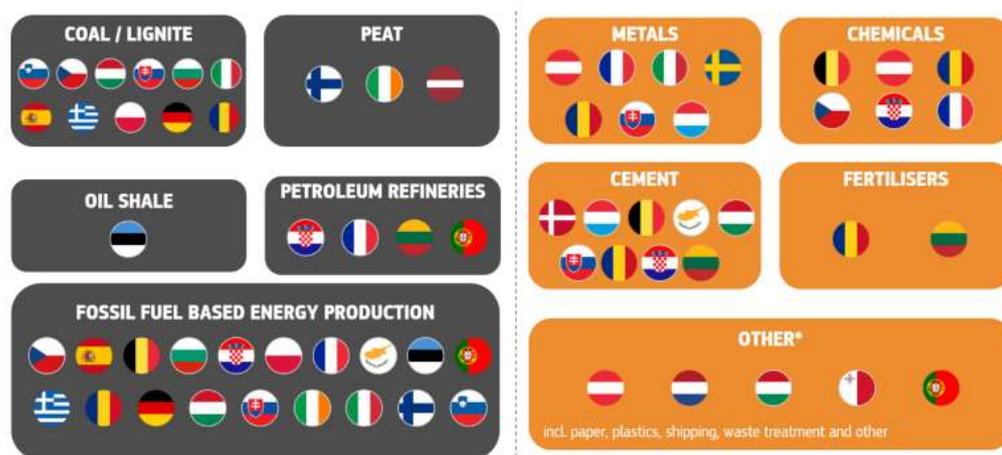


Figura 2 Setores em declínio (a cinzento) e em transformação (a laranja) identificados nos anexos D dos [relatórios por país do Semestre Europeu, publicados em fevereiro de 2020](#)

2. Identificação de possíveis regiões para cooperação

O primeiro passo crucial para construir a sua rede é encontrar a região que é relevante para si e onde a cooperação pode acrescentar valor à sua região e à sua organização. Há muitas formas de obter informações sobre as regiões, valendo particularmente a pena **estudar os PTTJ das regiões**, que também estão disponíveis no sítio Web da [PTJ](#). Uma vez que os PTTJ têm a mesma estrutura, é relativamente fácil encontrar as partes relevantes que abordam as necessidades e os desafios identificados. Outra opção é **explorar os eventos organizados pela Plataforma para uma Transição Justa e pela iniciativa para as regiões carboníferas em transição**, que incluem conferências da PTJ, onde se pode não só aprender sobre os desafios específicos da região, mas também identificar os intervenientes-chave da transição.

Para além destas oportunidades, importa destacar o [programa exchangeEU](#), que também fazia parte da iniciativa para as regiões carboníferas em transição e proporcionou uma oportunidade para intercâmbios significativos e tangíveis entre regiões carboníferas em toda a Europa. No final do programa, foram produzidos [folhetos](#), para além de muitos

materiais úteis, como [histórias de sucesso](#), contendo não só os perfis das regiões e os desafios comuns identificados, mas também recomendações e lições aprendidas. Estas brochuras informativas também apresentam referências aos principais intervenientes e organizações em cada região carbonífera. Além disso, um programa importante a assinalar é o atual JTPeers Exchange, que reúne regiões e outras partes interessadas e peritos relevantes, tanto de regiões carboníferas como de regiões de elevada intensidade carbónica, para trocarem conhecimentos e competências, a fim de apoiar a execução dos seus PTTJ. Este programa foi lançado em 2023 e reabrirá convites à apresentação de candidaturas para regiões e peritos interessados em 2024.

As boas práticas das diferentes regiões (não apenas no âmbito da PTJ) podem ser encontradas divididas por categoria no sítio Web do [«Functional Areas in the EU»](#) (um projeto-piloto da Comissão Europeia, implementado em conjunto com o Banco Mundial).

3. Encontrar o parceiro certo

Depois de identificar a região que enfrenta desafios semelhantes ou de encontrar uma boa prática com a qual aprender, o passo seguinte é encontrar um parceiro com quem trabalhar. Esta pode ser a parte mais difícil do processo. Ao explorar as regiões (por exemplo, estudando os PTTJ ou as apresentações/vídeos das conferências da PTJ) no passo anterior, pode ter localizado **algumas organizações e intervenientes** que trabalham no domínio da transição justa numa determinada região.

Para tornar este passo mais fácil e eficiente, os membros da Ação 1 e o Secretariado da PTJ criaram uma **base de dados** onde pode encontrar os **pontos de contacto locais** de quase todas as regiões elegíveis ao abrigo do FTJ. A base de dados abrange um vasto leque de intervenientes locais e inclui os nomes das organizações, a sua área de especialização e os dados de contacto. Com a ajuda desta base de dados, pode facilmente entrar em contacto com os intervenientes da região-alvo.

Outra base de dados muito útil na PTJ é a [JTPeers Experts Database](#). Trata-se de uma base de dados de peritos que trabalham no domínio da transição justa em toda a Europa. Uma vez incluídas na base de dados, as regiões abrangidas pelo FTJ e outras partes interessadas podem pedir conselhos aos peritos sobre como executar projetos de transição justa.

As regiões que procuram parceiros podem também inspirar-se no conceito de «cidades geminadas» ou «cidades irmãs», que têm uma longa tradição na Europa. A ideia subjacente é estabelecer relações com uma entidade geográfica (seja ela uma cidade, um município ou uma região) para cooperar e trocar informações numa base mais regular em benefício de ambos os parceiros.

Conclusões

1. O desenvolvimento da cooperação com outras regiões carboníferas/de elevada intensidade carbónica exige capacidade por parte da organização que faz a procura, mas se encontrar os parceiros certos, pode criar valor acrescentado e sinergias.
2. Existem programas que podem colmatar o potencial défice de capacidades, como o programa exchangeEU e o JTPeers (há outros enumerados nos capítulos anteriores). Vale a pena manter os olhos abertos para as oportunidades de cooperação.
3. É importante consultar o sítio Web da PTJ, onde é possível aceder aos PTTJ das regiões: estes incluem os desafios e as necessidades das regiões.

4. Quando tiver uma ideia das regiões, pode começar a encontrar o parceiro certo. Os conjuntos de dados acima descritos podem tornar este passo mais eficiente.
5. A cooperação pode ser reforçada se conseguir identificar um desafio comum que queira resolver em conjunto. As regiões carboníferas e as regiões de elevada intensidade carbónica são bastante diferentes, mas os desafios são surpreendentemente semelhantes.
6. Durante o intercâmbio, mesmo na fase de procura de parceiros, vale a pena ser o mais concentrado possível: temas bem definidos e objetivos bem descritos e claros podem conduzir a uma cooperação mais eficiente.

Como financiar o intercâmbio de conhecimentos

As oportunidades de financiamento da UE são muitas, mas compreendê-las pode ser uma tarefa difícil. Existe uma infinidade de programas e fundos atribuídos, cada um gerido por diferentes organismos europeus e/ou nacionais, que, por conseguinte, perseguem objetivos diferentes e cumprem regras diferentes. No entanto, como acontece frequentemente, a realidade é menos complicada do que parece à primeira vista.

Todas as oportunidades de financiamento europeu provêm do orçamento da UE, o chamado **quadro financeiro plurianual** (QFP). Trata-se de um orçamento a longo prazo que abrange vários anos. O atual período do QFP abrange os anos de 2021 a 2027. Para além do QFP, a UE criou um instrumento de financiamento temporário sem precedentes, denominado **NextGenerationEU**, em resposta à pandemia de COVID-19. O orçamento da UE e o instrumento NextGenerationEU estão divididos em diferentes programas e fundos.

O **Guia para o financiamento da UE** (edição de 2023) do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, que é o grupo de reflexão do Parlamento Europeu, apresenta uma panorâmica muito boa e abrangente dos diferentes programas de financiamento e fundos da UE. O guia divide os vários fundos da UE por temas de financiamento, por exemplo «Política regional» ou «Energia». Para além dos programas de financiamento da UE, existem diferentes formas de financiamento reservadas para a prestação de assistência técnica, que ligam as regiões e outras partes interessadas em diferentes capacidades.

Assistência técnica

Seguem-se alguns exemplos de oportunidades de assistência técnica disponíveis para as regiões:

- **JTP Groundwork**

Lançado no âmbito da Plataforma para uma Transição Justa em 2023, o JTP Groundwork é uma assistência técnica disponível para as regiões elegíveis ao abrigo do FTJ para obter apoio específico sob a forma de assistência técnica e serviços de consultoria, a fim de ajudar na execução dos respetivos PTTJ.

- **REGIO Peer2Peer +**

O mecanismo **REGIO Peer2Peer +** permite que o pessoal das autoridades responsáveis pelos programas e de outros organismos públicos envolvidos na gestão e execução dos programas do **FEDER**, do **Fundo de Coesão** e do **FTJ** se reúnam e troquem conhecimentos e boas práticas, tanto a nível bilateral como multilateral.

- **JTPeers**

O **programa** facilita o intercâmbio entre os territórios abrangidos pelo FTJ e outras partes interessadas na transição justa, incluindo autoridades regionais e públicas, bem como parceiros socioeconómicos, como ONG, universidades, sindicatos ou empresas. Apoia a partilha de conhecimentos e de boas práticas entre peritos, territórios abrangidos pelo FTJ e outras partes interessadas, oferecendo-lhes a oportunidade de aprenderem com as experiências uns dos outros.

Um recurso muito útil que surgiu a partir do projeto [«Functional Areas in the EU»](#) e que pode servir de ponto de partida para a procura de financiamento é esta base de dados regularmente atualizada sobre as [fontes de financiamento da UE](#). Além disso, muitas organizações elaboraram guias sobre o financiamento da UE para grupos-alvo específicos que poderá valer a pena consultar, como este [guia](#) da Confederação Europeia de Sindicatos, que se destina aos sindicatos.

Financiamento da UE

O presente documento é um guia para o intercâmbio de conhecimentos no contexto do processo de transição justa, pelo que apenas interessará explorar alguns destes fundos como fontes de financiamento:

- **FTJ**

O acesso ao [FTJ](#) (volume total de 19,2 mil milhões de EUR) está ligado aos PTTJ elaborados pelos Estados-Membros em diálogo com a Comissão Europeia. No entanto, as administrações dos Estados-Membros (a nível nacional, regional e local) escolhem os projetos a financiar e assumem a responsabilidade pela gestão corrente, a chamada «gestão partilhada». Apenas os [territórios](#) que se espera que sejam os mais afetados negativamente pela transição para a neutralidade climática foram elegíveis para a elaboração de um PTTJ. Os planos identificam os tipos de operações previstas e especificam os mecanismos de governação.

Para saber se pode aceder ao financiamento do FTJ para o seu intercâmbio de conhecimentos, é necessário verificar o PTTJ da sua região e/ou contactar a [autoridade de gestão](#) responsável pela execução das ações nele previstas.

- **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)**

O [FEDER](#) é outro fundo que é gerido em regime de responsabilidade partilhada. O FEDER destina-se a todas as regiões e cidades da UE e investe no seu desenvolvimento social e económico. Cabe aos próprios Estados-Membros decidir qual o montante do FEDER a utilizar em cada um dos cinco domínios prioritários definidos pela Comissão Europeia. No entanto, pelo menos 30 % dos fundos devem ser afetados a «uma Europa mais verde, hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono, e resiliente».

O FEDER também apoia explicitamente o «intercâmbio de experiências». Tal como no caso do FTJ, é necessário contactar a [autoridade de gestão](#) do FEDER na sua região para saber exatamente como aceder ao financiamento do FEDER para o seu intercâmbio de conhecimentos.

- **Cooperação inter-regional (Interreg C)**

O programa da UE para promover a cooperação entre regiões chama-se Interreg. O Interreg divide-se em diferentes vertentes, consoante o tipo de cooperação: cooperação entre regiões fronteiriças (Interreg A), no âmbito de grandes zonas de cooperação transnacional definidas, por exemplo, a região do mar Báltico (Interreg B), ou cooperação inter-regional (Interreg C).

O Interreg C centra-se especialmente na promoção de intercâmbios de experiências, de abordagens inovadoras e do reforço das capacidades entre regiões. É, portanto, a principal vertente do Interreg a ter em conta quando se procura financiamento para o intercâmbio de conhecimentos.

O Interreg C divide-se ainda em quatro programas, dois dos quais são de interesse para o presente documento:

- O [Interreg Europa](#) é um programa de aprendizagem política para as **autoridades públicas**. Promove o intercâmbio de experiências e a transferência de boas práticas entre os intervenientes a todos os níveis do governo. A apresentação de uma ideia de projeto para procurar parceiros e financiamento pode ser feita facilmente através do [sítio Web](#) do programa.
- O [Interact](#) é um programa de apoio. O seu objetivo é assegurar o intercâmbio de experiências, informações e inovações, a fim de promover boas práticas e facilitar a cooperação. Este objetivo deve ser alcançado através de eventos, publicações e instrumentos específicos. O Interact não lança convites à apresentação de propostas, mas dispõe de uma série de [gabinetes](#) para apoiar as partes interessadas na execução de projetos e iniciativas de cooperação territorial.

- **Horizonte Europa**

Embora o objetivo do presente documento seja apoiar o intercâmbio de conhecimentos sobre a demonstração e a implementação da transição justa, poderá também ser desejável um intercâmbio específico de conhecimentos científicos e resultados de investigação. O programa-quadro da UE para apoiar ações de investigação e inovação é o [Horizonte Europa](#). Pode consultar [aqui](#) uma panorâmica dos convites abertos para ações de valorização do conhecimento.

- **Erasmus+**

O [Erasmus+](#) é o programa da UE nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto para o período 2021-2027. A educação, a formação, a juventude e o desporto são áreas fundamentais que apoiam os cidadãos no seu desenvolvimento pessoal e profissional. A educação e a formação inclusivas e de elevada qualidade, bem como a aprendizagem informal e não formal, acabam por dotar os jovens e os participantes de todas as idades das qualificações e competências necessárias para uma participação significativa na sociedade democrática, para a compreensão intercultural e para uma transição bem-sucedida para o mercado de trabalho.

- **Agenda Urbana da UE**

A [Agenda Urbana da UE](#) é uma iniciativa inovadora de governação a vários níveis em matéria de política urbana, desenvolvida no âmbito da cooperação intergovernamental sobre questões urbanas. Permite que as cidades, os Estados-Membros, as redes de cidades, a Comissão Europeia, outras instituições da UE, os órgãos consultivos da UE e outras partes interessadas se reúnam para abordar conjuntamente questões urbanas prementes e produzir resultados concretos em prol dos cidadãos da UE. A Agenda Urbana da UE está a reforçar o papel das cidades na elaboração das políticas nacionais e da UE, a fim de melhor ligar a UE às necessidades dos cidadãos. Trata-se de um mecanismo de execução fundamental a nível da UE para a Nova Agenda Urbana.

